

**BRF S.A.**

Companhia Aberta - CNPJ nº 01.838.723/0001-27 – NIRE 42.300.034.240

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de setembro de 2025
(Lavrada sob a forma de sumário, como faculta o Artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976)

Data, Horário e Local: Realizada no 26 de setembro de 2025, às 11h30 na sede da BRFS S.A. ("BRF" ou "Companhia"), na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Rua Jorge Tschabel, 475, Bairro Fazenda. **2. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento do acionista/desde o 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do § 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.). **3. Presenças:** Os trabalhos foram instalados com a presença do acionista titular de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme se verifica da assinatura constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. Mesa:** Presidente: Marcos Antonio Molina dos Santos; Secretário: Heráclio Geres. **5. Ordem do Dia:** (I) Reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia; (II) encerramento do mandato dos membros do Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral Ordinária de 28.03.2024, e (III) a definição de que o Conselho de Administração da Companhia passará a ser composto, a partir da presente data e até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social de 2026, por 3 (três) membros. O acionista titular de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia deixou consignado o voto de agradecimento aos ex-membros do Conselho de Administração, cujos mandatos foram encerrados a partir da presente deliberação, pelos relevantes serviços prestados à Companhia. **6.4.** A eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social de 2026: (I) **Marcos Antonio Molina dos Santos**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.252.134 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 102.174.668-18, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Torre Jequitibá, 25º Andar, São Paulo - SP, CEP 04794-000; (II) **Dr. Paulo Aparecido Pascoal Marcal dos Santos**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.847.816-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 107.796.691-11, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Torre Jequitibá, 25º Andar, São Paulo - SP, CEP 04794-000; (III) **Dr. Tanguy Daniel de Fátima**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.623.534 SSP/SP, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 25º andar, Chácara Santa Antônio, CEP 04794-000. **6.4.1.** A eleição do Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos, acima qualificado, como Presidente do Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social de 2026. **6.5.** A manutenção do funcionamento do Conselho de Administração e Integridade como órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, conforme previsto nos artigos 32 e 33 do Estatuto Social, em vigor, a partir desta data, bem como a extinção dos demais Conselhos que haviam sido criados pela deliberação do Conselho de Administração aprovada na reunião de 15 de abril de 2024, a saber, o Comitê de Finanças e Gestão de Risco, o Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura e o Comitê de Sustentabilidade. O acionista titular de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia deixou consignado o voto de agradecimento aos membros dos referidos Comitês pelos relevantes serviços prestados à Companhia. **6.6.** A desinstalação do Conselho Fiscal da Companhia, tendo em vista que o Estatuto Social da Companhia não prevê a existência de Conselho Fiscal. **6.7.** A autorização para que o Conselho de Administração promova uma revisão integral das políticas internas da Companhia, tendo em vista a nova situação jurídica da Companhia como subsidiária integral da Vifor Global Foods S.A., sendo que, enquanto tal processo de revisão estiver em curso, poderão ser aplicadas à Companhia as regras previstas nas políticas em vigor no âmbito de sua acionista, a única que trate da mesma matéria objeto das políticas da Companhia. **6.8.** A autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas na presente Assembleia Geral. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a Assembleia e lavrada a presente ata que foi assinada pelos membros da Mesa e pelo acionista titular de 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, Itajaí (SC), 26 de setembro de 2025. **Mesa: Marcos Antonio Molina dos Santos - Presidente;** **Heráclio Geres - Secretário. Acionista presente:** Vifor Global Foods S.A. - Procuradores - Jose Ignacio Sosaesera Rey e Rodrigo Marçal Filho. **Estatuto Social da Companhia:** Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pelas demais leis e regulamentos aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Rua Jorge Tschabel, 475, Bairro Fazenda. **Artigo 3º.** Constituem o objeto social principal da Companhia o exercício das seguintes atividades, em território nacional ou no exterior: (i) a industrialização, comercialização no varejo e no atacado, e exploração de alimentos em geral, principalmente os derivados de proteína animal e produtos alimentícios que utilizem a cadeia de frio como suporte e distribuição; (ii) a industrialização e comercialização de rações, nutrientes e suplementos alimentares para animais; (iii) a prestação de serviços de alimentação em geral; (iv) a industrialização, refinação e comercialização de óleos vegetais, gorduras e laticínios; (v) a exploração, conservação, armazenamento, ensilagem e comercialização de grãos, seus derivados e subprodutos; (vi) a comercialização, no varejo e no atacado, de bens de consumo e de produção, inclusive a comercialização de equipamentos e veículos para o desenvolvimento de sua atividade logística; (vii) a exportação e a importação de produtos e serviços; (viii) a comercialização de produtos e serviços de origem animal, vegetal e mineral; (ix) a participação em projetos necessários à operação dos negócios das outras sociedades, objetivando a mais ampla consecução dos fins sociais; (x) a participação em projetos necessários à operação dos negócios das outras sociedades, objetivando a mais ampla consecução dos fins sociais; (xi) a participação em projetos necessários à operação dos negócios das outras sociedades, objetivando a mais ampla consecução dos fins sociais; (xii) a participação em projetos necessários à operação dos negócios das outras sociedades, objetivando a mais ampla consecução dos fins sociais; (xiii) fabricação e comercialização de produtos químicos orgânicos derivados do abate animal; (xiv) fabricação, distribuição e exportação de insumos farmacêuticos derivados do abate animal; (xv) intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; (xvi) prestação de serviços administrativos para terceiros; (xvii) prestação de serviços de análise laboratorial e técnicos para terceiros. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá exercer, por si ou mediante a contratação de terceiros, atividades de suporte às atividades-fim listadas no Artigo 3º acima, tais como: (i) atividades de apoio administrativo, técnico ou operacional voltadas à criação de condições para o melhor exercício de suas atividades principais; (ii) transportes de cargas em geral; (iii) serviços de armazenagem e estoque de produtos e demais serviços a estes correlatos; (iv) atividades de promoção e reposição de seus produtos no varejo e em pontos de exposição e venda ao consumidor final, incluindo o suporte necessário aos clientes que permita o acondicionamento e a distribuição de seus produtos; (v) atividades de suporte administrativo, técnico ou operacional voltadas à criação de condições para o melhor exercício de suas atividades principais; (vi) transportes de cargas em geral; (vii) a promoção de atividades, programas, assistência técnica e fomento que objetivem o desenvolvimento agropecuario nacional; (viii) a industrialização, exploração e comercialização de embalagens de qualquer natureza; (ix) a exploração e criação de animais em geral; (x) a comercialização de commodities em geral; (xi) pesquisa e desenvolvimento de técnicas de produção e de melhoramento das matrizes genéticas da Companhia; (xii) as atividades de reflorestamento, extração, industrialização e comercialização de madeiras; (xiii) a comercialização de bens móveis, imóveis, incluindo máquinas, equipamentos e veículos, do ativo imobilizado, para atender à atividades inseridas no objeto social da Companhia, descrito no presente Artigo; e (xiv) serviços de abastecimento de combustível para frota própria ou para terceiros prestadores de serviços, em especial de frete, transporte, logística e distribuição. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **II. Capital Social - Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 13.653.417.953,36 (treze bilhões, seiscentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e dezessete mil, novecentos e cinquenta e três reais e sessenta e sete centavos), dividido em 136.534.179,5336 (treze bilhões, seiscentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e dezessete mil, novecentos e cinquenta e três reais e sessenta e sete centavos) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** A Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. **Parágrafo 2º.** As ações de emissão da Companhia são indivisíveis e cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 6º.** Todas as ações de emissão da Companhia são escriturais e, conforme deliberação do Conselho de Administração, mantidas em conta de depósito, junto a instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM ("CVM"), em nome de seus titulares. **Parágrafo Único.** O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais, poderão ser cobrados pelos serviços diretamente da acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações. **Artigo 7º.** A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até que o número de ações em que se divide o capital social passe a ser de 2.103.000.000 (dois bilhões, cento e trinta milhões) de ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração. **Parágrafo Único.** Na hipótese prevista no *caput* deste Artigo, competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo de validade da oferta pública de subscrição, (ii) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga das opções ou subscrição das respectivas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações. **Artigo 9º.** A critério do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência dos acionistas, em qualquer emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, conforme disposto em lei e neste Estatuto. **Artigo 10.** Por deliberação da Assembleia Geral, em virtude deste, a proposta do Conselho de Administração, o capital social da Companhia pode ser aumentado conforme hipóteses previstas em lei, sendo certo que nos casos de capitalização de lucros ou reservas, é facultativa a emissão de novas ações correspondentes ao aumento, entre seus acionistas, na proporção do número de ações que possuam. **III. Administração - Artigo 11.** A Assembleia Geral, convocada e instalada na forma da lei e deste Estatuto Social, reunir-se-á para deliberar sobre as matérias de competência da Assembleia Geral, inclusive a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, conforme disposto em lei e neste Estatuto. **Artigo 12.** A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração mediante deliberação da maioria dos seus membros ou, ainda, nas hipóteses previstas neste Estatuto e no parágrafo único do Artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 13.** Os trabalhos da Assembleia Geral serão presididos pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Diretor-Presidente ou por qualquer Diretor estatutário da Companhia. O presidente da mesa designará um ou mais secretários para a Assembleia Geral. **Artigo 14.** As deliberações em Assembleia Geral, salvo quando as exceções previstas em lei e neste Estatuto, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco. **Artigo 15.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral, será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes que percam, pelo menos, a maioria necessária para as deliberações tomadas. **Artigo 16.** Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei e no presente Estatuto: (i) atribuir ações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; (ii) aprovar ou cancelar planos de outorga de opção de compra de ações ou planos de conversão de ações; (iii) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (iv) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (v) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (vi) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (vii) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (viii) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (ix) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (x) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xi) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xii) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xiii) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xiv) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xv) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xvi) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xvii) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xviii) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xix) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xx) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xxi) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xxii) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xxiii) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xxiv) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xxv) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xxvi) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xxvii) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xxviii) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xxix) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xxx) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xxxi) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xxxii) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xxxiii) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xxxiv) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xxxv) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xxxvi) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xxxvii) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xxxviii) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xxxix) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xl) aprovar ou cancelar planos de conversão de ações; (xli) aprovar ou cancelar planos

aos termos da Lei das Sociedades por Ações. **VII. Exercício Social - Resoluções - Artigo 34.** O exercício social coincide com o ano civil e, no seu término, a Companhia elaborará as demonstrações financeiras previstas na Lei das Sociedades por Ações para fins de publicação e apreciação pela Assembleia Geral. **Artigo 35.** Do resultado de cada exercício social será deduzido, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda. **Parágrafo Único.** Após procedidas as deduções referidas neste Artigo, a Assembleia Geral poderá atribuir aos empregados e administradores, sucessivamente e nessa ordem: (i) a participação estatutária dos empregados da Companhia até o limite máximo de 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes; e (ii) a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal. **Artigo 36.** Deduzidas as participações mencionadas no Artigo 35 acima, o lucro líquido do exercício será sucessivamente a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal até atingir a 20% (vinte por cento) do Capital Social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo mínimo obrigatório, para constituição de Reserva Legal até atingir a 20% (vinte por cento) do Capital Social; (iii) 25% (vinte e cinco por cento) do Capital Social (iv) até 50% (cinquenta por cento) do Capital Social para reserva para aquisição de ações, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social; (v) até 50% (cinquenta por cento) do Capital Social para reserva para expansão, até atingir 80% (oitoenta por cento) do Capital Social, com a finalidade de assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos de capital de giro, inclusive por meio de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: (i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; (ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento; (iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; e (iv) na incorporação ao Capital Social, inclusive mediante bonificações em ações novas. **Artigo 37.** Salvo as deliberações em contrário da Assembleia Geral, o pagamento dos dividendos e de juros sobre o capital próprio serão efetivados no prazo de 60 (sessenta) dias da data da respectiva deliberação. **Parágrafo 1º.** Por deliberação do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 23 acima, pode a Companhia levantar balanços semestrais ou relativos a períodos menores, bem como declarar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio a conta de lucros apurados menos balanços, de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou em balanços anteriores. Os dividendos e juros sobre o capital próprio não serão pagos se os lucros apurados no exercício anterior não tiverem sido suficientes para serem imputados ao dividendo obrigatório do resultado do exercício social. **Artigo 38.** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **VIII. Da Liquidação da Companhia - Artigo 39.** A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.